

## Estado “cristão” e Neoliberalismo: Não podeis servir a dois senhores (Mt 6, 24)

*“Christian” State and Neoliberalism: You Cannot Serve Two Lords (Mt 6:24)*

Élio Estanislau Gasda

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE, Brasil

### Resumo

O texto aborda o avanço do fundamentalismo sobre o conjunto da sociedade, da economia e do Estado, a partir de duas frentes principais: a econômica neoliberal e a religiosa cristã. A partir da caracterização de ambos fundamentalismos, o texto identifica as consequências sobre a política: aniquilamento da democracia, asfixia da política, privatização do Estado e, a principal, governo do dinheiro e exclusão dos pobres. Religião (Cristianismo) e dinheiro (capitalismo) podem conviver? É possível implementar um “Estado cristão” (fundamentalismo religioso) no neoliberalismo (Fundamentalismo econômico)? Em Jesus Cristo se encontra a contradição entre Cristianismo e capitalismo neoliberal: a sentença “não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24) aplica-se também à esfera da política. A dignidade humana, o bem comum e a justiça são os fundamentos da política.

### Palavras-chave

Cristianismo.  
Política.  
Fundamentalism  
o religioso.  
Capitalismo  
neoliberal.

### Abstract

The text addresses the advance of fundamentalism over the whole of society, economy and the state, from two main perspectives: the neoliberal economic and the Christian religious. From the characterization of both fundamentalisms, the text identifies their consequences on politics: annihilation of democracy, asphyxiation of politics, privatization of the state and, mainly, money government and exclusion of the poor. Can religion (Christianity) and money (capitalism) live together? Is it possible to implement a “Christian state” (religious fundamentalism) in neoliberalism (economic fundamentalism)? In Jesus Christ is the contradiction between Christianity and neoliberal capitalism: the sentence “you cannot serve God and money” (Mt 6:24) applies equally to the sphere of politics. Human dignity, the common good and justice are the foundations of politics.

### Keywords

Christianity.  
Politics.  
Religious  
Fundamentalism.  
Neoliberal  
Capitalism.

## Introdução

O artigo tem como objetivo analisar o avanço e consolidação do fundamentalismo econômico neoliberal aliado ao fundamentalismo religioso cristão. A extensão e profundidade do fenômeno da política exige compreender como se articulam a esfera econômica e a teologia implícita na esfera religiosa. Uma teologia que pretende ser uma construção teórico-crítica responsável da fé não pode prescindir das relações da religião com a Política.

O paradigma teológico-político moderno foi enunciado por Carl Schmitt já em 1922. “Todos os conceitos significativos da teoria moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados” (SCHMITT, 2006, pg. 35). Vários autores destacam a influência marcante da religião como força política (BENJAMIN, 1921; CASANOVA, 1994; AGAMBEN, 2011). Cada religião interpreta os acontecimentos históricos a partir da sua teologia particular. E, em relação à teologia cristã, é preciso destacar que o cristianismo não é apenas uma religião. É, também, uma realidade política (cf. GASDA, 2015). A influência da religião na política não se reduz a um problema de ética política ou de programas de governo. É o que este artigo pretende demonstrar.

O texto, antes de definir fundamentalismo, brota de um fato: o fundamentalismo econômico neoliberal e o fundamentalismo religioso cristão desequilibraram a esfera política a favor da ideologia neoconservadora. Em seguida, descreve em que consistem os dois fundamentalismos econômico neoliberal. O terceiro tópico se detém em entender como a aliança entre os dois fundamentalismos reconfigura o cenário político brasileiro. É momento de perguntar: estaria o capitalismo neoliberal a serviço da solução das mesmas inquietações que o cristianismo quer responder? Religião e dinheiro podem unir cristianismo e capitalismo? A vida religiosa, dividida em duas: no culto ao Senhor; outra, no culto ao dinheiro da vida cotidiana, mas influenciando a outra?

A sentença bíblico-teológica desmascara a incompatibilidade entre o Senhor do Domingo e Mamón (dinheiro) dos dias de trabalho. O dinheiro, realidade que organiza a sociedade, representa riqueza e poder. Está nas antípodas do cristianismo. O cristão não pode servir a Deus e ao capital. Na

mesma linha de Karl Marx, o último tópico do artigo demonstra a contradição entre um Estado cristão e o capitalismo neoliberal. A sentença de Jesus “Não podeis servir a Deus e a Mamón” (Mt 6,24) aplica-se à esfera sociopolítica, não apenas ao âmbito individual. Não é possível propor um Estado Cristão, como almeja o fundamentalismo cristão em aliança com o fundamentalismo econômico-neoliberal. O fundamentalismo religioso cristão é uma heresia. É impossível concretizar um “Estado cristão” no interior do capitalismo neoliberal. Porque o fundamentalismo econômico neoliberal é anticristão.

## Fundamentalismo econômico e religioso

O fundamentalismo que temos é constituído de uma mescla de moralismo (no âmbito do comportamento, dos costumes e da cultura), mágico-religioso reacionário (difundido principalmente por denominações evangélicas), meritocracia e empreendedorismo (aversão às políticas sociais e ao bem público), negação da universalidade dos direitos humanos e apelo à repressão policial (justificadas pela necessidade de segurança), e exaltação do individualismo, da competição e do mercado como valores sociais.

Fundamentalismo pró-capital, que vem contribuindo para legitimar a construção de um Estado ultraliberal na economia e neoconservador na moral. O êxito econômico-social, sempre individual, é justificado pelo merecimento (teologia da prosperidade), um prêmio (uma bênção) de Deus àqueles que trabalham disciplinadamente e seguem os ensinamentos da igreja. Os que não conseguem obter sucesso é porque não se esforçaram o suficiente. A experiência individual é extrapolada para o conjunto da sociedade através da ideologia da meritocracia, associada também a uma espécie de teologia mercantil: uma troca interessada entre o Deus e o fiel (é dando que se recebe).

O termo fundamentalismo surgiu nos Estados Unidos no século XIX dentro de movimento religioso-ideológico como reação às ameaças da modernidade (MOLTMAN, 1992). No início do século XX, o milionário californiano, Lyman Steward, publicou 12 volumes intitulados *The Fundamentals* (STEWART, 1910-1915). Impõe-se uma fixação no passado, uma

visão moralista dos comportamentos e uma posição ideológica de extrema direita. A declaração de que os Estados Unidos são uma nação abençoada por Deus, levou a estigmatizar seus inimigos como demônios.

O termo fundamentalismo remete a fundamentos, a bases teóricas de uma expressão cultural, está correlato à crença na interpretação literal dos livros sagrados (cf. DREHER, 2002). Seus membros promovem o que entendem ser literal de sua literatura sagrada. Buscam aplicar os dogmas de seus livros sagrados à risca.

Intolerância. O fundamentalismo parte de uma compreensão absoluta de verdade e de negação das ideias diferentes da sua. Sustentado na dicotomia maniqueísta entre o bem e o mal, defende que o bem coincide com sua compreensão da realidade. Portadores de verdades absolutas, não toleram e desprezam opiniões contrárias. A autoridade, base de sua fé, é inviolável. Chamam a si o direito de julgar. A condenação implacável prevalece sobre a justiça e a misericórdia.

O fenômeno fundamentalista se apropria de todas as parcelas da existência humana: pessoal e social, religiosa e cultural, política e econômica. A sociedade contemporânea vem sendo caracterizada por dois fundamentalismos: Fundamentalismo econômico neoliberal e o Fundamentalismo religioso cristão.

## **Fundamentalismo econômico neoliberal**

Quando toda a existência humana gira em torno do dinheiro, a civilização chega a era do fundamentalismo econômico. O capitalismo voltou aos fundamentos, à sua letra da lei. O dogmatismo hegemônico atual atende pelo nome de capitalismo neoliberal. O sistema foi construído baseado na sacralidade da propriedade privada, na ideologia da mão invisível do mercado e no conceito de liberdade individual. A acumulação ilimitada de riqueza é o eixo deste modelo. O crescimento econômico é seu dogma basilar (cf. GASDA, 2017).

Principais sinais do neoliberalismo como fundamentalismo econômico: a pretensão de verdade absoluta apoiada em uma ciência econômica como única via para o conhecimento da realidade e de intervenção sobre ela; a economia, como ciência exata, sobrepõe-se à política e à ética; o pluralismo teórico e prático deve resignar-se ante a verdade técnica das soluções econômicas; a imposição da visão uniforme da realidade não admite dissidência; formulação de leis universais de cumprimento obrigatório em todos os lugares.

Perspectivas distintas que contemplam a justiça social, distribuição de renda e subsidiariedade são obstáculos na concretização do crescimento econômico como salvação da humanidade. A insensibilidade diante do sofrimento do outro também é um traço típico de fundamentalismo econômico neoliberal. Se a realidade e as pessoas não se adaptam à doutrina, o problema é das pessoas e não da doutrina. Não há lugar para a solidariedade com os perdedores. Atos esporádicos de assistencialismo são tolerados como forma de manter a consciência adormecida. A atenção devocional dedicada ao mercado não admite exceções. Cabe à sociedade habituar-se à degradação dos mais vulneráveis e descartados da economia.

Três dogmas, ou a radicalização do liberalismo clássico: Individualismo radical aliado à obsessão pelo crescimento econômico, propriedade privada e desigualdade social, Estado mínimo.

Individualismo radical e obsessão pelo crescimento econômico. “O indivíduo é livre no sentido em que as leis e o governo não o obrigam a renunciar à sua autonomia e autodeterminação em maior medida do que o obrigaria, inexoravelmente, a lei praxeológica” (MISES, 1949, p. 341). O equilíbrio natural do mercado potencializado pela “mão invisível” assegura que os interesses da sociedade sejam atingidos somente quando os indivíduos possam perseguir seus próprios interesses segundo o dogma do *laissez-faire*. O livre mercado é a melhor forma de organizar a economia e garantir a proteção das liberdades individuais.

A liberdade, aplicada ao mercado, constitui uma condição necessária para a prosperidade individual e o progresso da nação. A liberdade é fruto da

competição. As transações são movidas pelo interesse de ambas as partes (MISES, 1949, p. 345). Portanto, “o capitalismo é o único sistema possível de organização Social” (MISES, 1927, p. 106).

Propriedade privada e desigualdade social: “O termo liberalismo pode ser condensado em um conceito: propriedade privada dos meios de produção. Todas as outras exigências do liberalismo resultam deste requisito fundamental” (MISES, 1927, p. 50). Em John Locke, a propriedade privada adquire status de direito natural (LOCKE, 1690). O Estado tem como finalidade protegê-lo por todos os meios legítimos: “considero, pois, que o poder político é o direito de ditar leis sobre a pena de morte e, em consequência, de ditar também outras sobre penas menos graves, a fim de regular e preservar a propriedade e ampliar a força da comunidade na execução de ditas leis e na defesa do Estado frente a agressões estrangeiras” (idem, cap.1, 3). O bem público é a preservação da propriedade (Idem, cap.9, 124; cap.11,134). O homem tem o direito de matar o outro para defender sua propriedade, mesmo que esse não lhe tenha causado nenhum dano físico (Idem, cap.3, 18).

Vinculado a esse dogma, encontra-se a negação da justiça social. “A desigualdade de riqueza e de renda é uma característica essencial da economia de mercado. Sua eliminação a destruiria completamente” (MISES, 1949, p. 948). Qualquer política de intervenção nos mecanismos de mercado que favoreçam o combate à pobreza representa ameaça às liberdades econômicas dos indivíduos (cf. HAYEK, 1944, p. 194). Não existe uma ética que funde o princípio do bem comum que poderia orientar a sociedade na concretização da justiça social (idem, p. 77).

O dogma do Estado mínimo tem em Robert Nozick seu principal expoente (NOZICK, 1974). Esse dogma, de maior impacto na política, doutrina que Estado justo é Estado mínimo. O único Estado aceitável é “um Estado mínimo, limitado às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos. O Estado não pode usar sua máquina coercitiva para obrigar certos cidadãos a ajudarem a outros ou para proibir atividades a pessoas que desejam realizá-las para o seu próprio bem ou proteção” (NOZICK, 1974, p. 9). O Estado de bem-estar é incompatível

com o Estado de Direito. A distribuição de recursos econômicos cabe ao mercado. Redistribuir a riqueza é um ato imoral (p. 153). Basta um traço de crescimento econômico para justificar o modelo. Períodos de recessão são explicados como sinais de restabelecimento das condições de recuperação.

Um fundamentalismo tão dogmático impede qualquer crítica. O mundo real não tem importância. Uma instituição perfeita substitui o princípio da realidade. O Documento *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*, elaborado em conjunto pela Congregação para a Doutrina da Fé e o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral (2018), lamenta a impotência das instituições políticas diante dos interesses do mercado. A influência da economia na política se concretiza na presença do complexo financeiro-empresarial privado transnacional nas decisões dos governos. Papa Francisco retratou de forma impecável essa influência: “Instaurou-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma implacável suas leis. Os interesses do mercado divinizado são transformados em regra absoluta” (EG, 54). Grupos privados que atuam no planeta controlam o poder mundial realmente existente. A política está confinada à esfera do capital, a estrutura global mais poderosa que qualquer Estado. O neoliberalismo inaugurou uma nova etapa na relação entre política e economia.

## Fundamentalismo religioso cristão

Há uma relação entre fundamentalismo religioso e fundamentalismo político. Os fundamentalistas religiosos querem sua visão de sagrado dirigindo o mundo. A ação política deve ser orientada pela verdade religiosa. A divindade se dobra ante as ambições humanas. Deus transforma-se em elemento do discurso político. A religião fundamentalista traz para a política a transcendência da origem do poder. A sociedade necessita de uma autoridade que defina que é o bem e o mal. Essa ortodoxia somente a religião pode impor. Sua hierarquia de princípios morais é intocável e suas certezas teológicas são indiscutíveis. Portadores da ira divina, sentem-se no direito de punir e ameaçar quem contesta sua ideologia. Sua causa é a causa de Deus. E Deus está acima

de tudo e de todos. Portanto, todos os seus atos são *obra do Senhor*. Segundo Armstrong, estas são as características mais importantes do fundamentalismo religioso (ARMONSTROG, 2001):

Absolutização da tradição. Este seu fundamento inamovível se justifica na compreensão literal dos textos sagrados. Ninguém pode questionar os dogmas deduzidos da tradição. Indiscutível e imutável, o texto obriga a todos porque é inspirado por Deus. Se são verdades absolutas, não há porque dialogar.

Sacralização do profano. O fundamentalista considera-se ungido por Deus para levar sua doutrina sobre toda a sociedade através do controle do poder público. O mal assume várias facetas e todas devem ser combatidas sem trégua. Não importam os meios utilizados. Como escreveu Moltmann, “a identidade fundamentalista é uma identidade ameaçada, amedrontada, por isso reage com agressividade. Se define pela negação dos inimigos reais ou abstratos” (MOLTMANN, 1992, p. 146). O inimigo é todo aquele que ameaça sua própria identidade, seja ameaça real ou imaginária. A pluralidade ideológica, a diversidade cultural, religiosa, a identidade afetivo-sexual despertam um ódio que explode em agressividade física e verbal.

Na Igreja Católica, o fundamentalismo irrompe em movimentos neoconservadores, que rejeitam os aspectos fundamentais da renovação trazida pelo Concílio Vaticano II. São neointegristas em sua maioria. Outros, de perfil neopentecostal católico, promovem uma religiosidade intimista. O terceiro grupo é composto por ultraconservadores que remontam ao antiliberalismo da “*Syllabus*” de Pio IX. Destacam-se a Opus Dei, Arautos do Evangelho e Legionários de Cristo. Rejeitam o liberalismo cultural como “imoral”. A laicidade foi longe demais para eles. Servem-se da modernidade técnico-econômica, mas rejeitam a modernidade cultural e política.

A expressão “neopentecostal” é utilizada para se referir às igrejas evangélicas nascidas a partir da década de 1970. Caracteriza-se por posturas menos ascéticas, mais liberais, de perfil empresarial e com interesses políticos. Estreitíssima aliança do espiritual com o dinheiro. E agora, com o poder político (cf. MARIANO, 2010). Vale destacar a Teologia da Prosperidade e seu vínculo entre religião, fundamentalismo econômico e política. Essa corrente teológica



redefiniu o neopentecostalismo. Criada por William Kenyon, essa doutrina surge nos Estados Unidos. Chegou ao Brasil na década de setenta (GARRARD-BURNETT, 2011), onde foi recebida por Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. Desde então, outras igrejas abraçaram essa doutrina, como a Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. Ensina que o reino de Deus está neste mundo: prosperidade financeira, vida longa, saúde perfeita. O diabo é o responsável pelo sofrimento humano. A pobreza e a doença derivam de maldições, do pecado ou da falta de fé. Mas se o fiel confessar com seus lábios e contribuir com o dízimo, ele terá sucesso na vida. Os caminhos da redenção da miséria e das angústias passa pela economia (MARIANO, 1999).

Preconceitos contra a homossexualidade e o antifeminismo são transferidos à esfera pública. Na política, pregam o fim do Estado laico e da educação pública laica. Em nome de Jesus, utilizam táticas de combate aos inimigos da moral religiosa, da nação e da família. O Cristianismo conservador está revelando-se cada vez mais fundamentalista nos discursos contra minorias, contra as expressões de gênero, contra os negros e índios. Em defesa da família, deve-se varrer o comunismo e a hipotética ideologia de gênero.

O ofuscamento da razão é a principal arma do fundamentalismo religioso diante de um povo que desconhece aspectos básicos tanto da teologia como da política. Esse poder suscita submissão voluntária a uma autoridade que se serve da fé para impor-se. A insegurança transforma o indivíduo em um ser tão fervoroso a ponto de abandonar a razão. “O medo é a causa que origina, conserva e alimenta a superstição. [...] não há nada mais eficaz do que a superstição para governar as multidões. O medo é a causa que origina, conserva e alimenta a superstição. [...] As multidões “são facilmente levadas, sob a capa da religião, ora a adorar reis como se fossem deuses, ora a execrá-los e a detestá-los como se fossem uma peste” (SPINOZA, 1670, p. 7). Ignora-se a causa real dos fatos para crer que tudo depende de alguma vontade onipotente que governa todas as coisas. A religião atrofia a inteligência e controla os comportamentos.

A esfera da religião e da economia são interdependentes, principalmente nesta ordem em que a disputa pelos bens de salvação e a hegemonia no campo religioso torna-se visível nas igrejas onde a teologia da prosperidade é praticada. O fundamentalismo religioso não se satisfaz mais, como acontecia em suas formas anteriores, com um proselitismo discreto, à margem, e com um apelo aos crentes para a obtenção de uma pureza maior. Hoje, ele combina o tradicional (fundamentalismo religioso) e o hipermoderno (neoliberalismo). A religião é instrumentalizada para responder aos interesses e dogmas do fundamentalismo econômico.

### Unido pelo aniquilamento da democracia

A aliança entre fundamentalismo econômico e fundamentalismo religioso cristão está reconfigurando o cenário político. São múltiplas as consequências. O neopentecostalismo e sua teologia da prosperidade, a economia do capitalismo neoliberal do complexo industrial-financeiro não tem problemas em promover práticas políticas abertamente autoritárias a fim de preservar seus interesses. A consolidação da aliança entre os dois fundamentalismos inaugurou um processo de privatização da *res publica*. A democracia não passa de um detalhe incômodo.

Adquire relevância a tese de Carl Schmitt citada no início deste artigo. A política entendida como guerra contra os inimigos a fim de impor uma agenda política única. Ambos fundamentalismos concebem a política como uma guerra entre o bem e o mal. Nela, o soberano tem a missão recebida de Deus. Os políticos são substituídos por intérpretes de vontades inquestionáveis. Essa violência contra a política tem como resultado a despolitização da sociedade. O poder político é comandado por um legislador universal que rouba dos cidadãos seu protagonismo, colocando-os como meros cumpridores de mandamentos divinos que comandam o Estado. As leis divinas, quando impostas como leis políticas, impedem o exercício das liberdades políticas, pois controlam a linguagem e as ideias, corpos e espírito. Em suma: ditadura teopolítica cristã aliada à ditadura da economia.

O fundamentalismo cristão é uma das plataformas do controle do capital financeiro-empresarial sobre as instituições políticas. Alavancado pelo Cristianismo reacionário neopentecostal, o fundamentalismo econômico se impôs de forma implacável. Segmentos conservadores do Cristianismo transformaram-se em potência eleitoral de interesses econômicos. Ambos fundamentalismos trabalham na reformulação de legendas e na criação de novos partidos, na unificação das pautas legislativas. Igrejas são transformadas em comitês, púlpitos em palanques, sermões em comícios, doutrinas morais em projeto de governo, teologia da prosperidade em meritocracia. Rebanhos de crentes são tratados como currais eleitorais. O neoliberalismo descobriu nas igrejas cristãs uma verdadeira reserva de votos cativos, de gente dócil ao apelo eleitoral em suposto nome da fé. É a nova versão do voto de cabresto.

A invasão do sagrado pela economia chega à política. Religião e capitalismo vão acuando os democratas e suprimindo os valores democráticos. A democracia retrocede sempre que tendências fundamentalistas são reforçadas na economia e na religião<sup>1</sup>. O projeto de poder está baseado numa pretensa “moralização” da sociedade como plataforma para a consolidação do neoliberalismo. Jovens de classe média e alta defendem com unhas e cliques os valores da família tradicional. Nesta instrumentalização da fé levada ao extremo, “cristãos” têm certeza de que agem “em nome de Deus”. O fundamentalismo infiltrado na política serve de plataforma para a imposição da pauta neoliberal. Bispos, pastores, lideranças religiosas deixam de anunciar o Evangelho para militar em defesa da ideologia do “nós contra eles”. O econômico e o religioso se sobrepõem reciprocamente para operar em todos os registros da nação e organiza o funcionamento do conjunto da sociedade. A política encontra seu sentido em uma teologia que garante a felicidade e protege das ameaças do mundo.

---

<sup>1</sup> O portal Observatório da Laicidade do Estado (OLÉ - <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/>) oferece um retrato deste fenômeno. Estudo da Fundação Bertelsmann, com sede em Gütersloh, Alemanha, constata um retrocesso da democracia no mundo e um aumento da influência da religião sobre as instituições políticas. Os países tornaram-se mais conflituosos devido ao aumento da incapacidade para o debate político. Essa situação favorece o populismo de direita.

O elemento religioso e o econômico se fundem no político. Os eleitos representam a consciência religiosa do eleitor, não mais a sua consciência política. Elege-se quem tem dinheiro e quem tem fé em Deus. Projetos políticos são pensados em função da religião e da economia. Nas duas formas de fundamentalismo, prevalece a absolutização da verdade e da imposição dos dogmas sobre o Estado. Representantes de igrejas e do mercado são nomeados para funções executivas em todas as esferas do poder público.

A presença de ambos fundamentalismos na esfera da política está asfixiando a democracia. A crise da representação política permite violações constitucionais permanentes contra os direitos fundamentais e as conquistas sociais. Assentada na diversidade cultural, religiosa e ideológica, a democracia não pode sobreviver a aliança entre esses dois fundamentalismos. Quando uma compreensão de verdade se impõe, não há mais espaço para o diálogo. A democracia está assentada nas diversidades cultural, religiosa e ideológica da nação. A diversidade pressupõe a existência de diferentes sujeitos que produzem suas interpretações, assumem ideias próprias e elaboram projetos sociais e plataformas políticas. A pluralidade deve ser preservada para que a democracia se constitua politicamente.

## O parasita do Cristianismo assumiu o seu lugar

Religião, em linhas gerais, costuma ser definida como culto a uma divindade, crença num ente supremo, conjunto de dogmas, rituais e práticas religiosas; devoção, piedade; reverência às coisas sagradas, etc. (cf. HOUAISS, 2001, p. 2422). A religião expressa as coisas que preocupam o indivíduo de maneira última. Estaria o capitalismo neoliberal a serviço da solução das mesmas inquietações que religiões querem responder? Pode-se falar de *religião do capitalismo*? “O Capital é o Deus que todos conhecem, veem, tocam, cheiram, provam; existe para todos os nossos sentidos. É o único Deus que ainda não encontrou ateus”. (LAFARGUE, 1886, p. 16). Religião e dinheiro podem misturar-se, assim como Cristianismo e capitalismo assim como nas cédulas do Brasil e dos Estados Unidos?

Giorgio Agamben, filósofo italiano, afirmou em entrevista (Ragura News, 2012): “Deus não morreu, ele se tornou Dinheiro”.

O Banco - com os seus cinzentos funcionários e especialistas - assumiu o lugar da igreja e dos seus padres e, governando o crédito (até mesmo o dos Estados, que docilmente abdicaram de sua soberania), manipula e gere a fé - a escassa, incerta confiança - que o nosso tempo ainda traz consigo. Salvar o euro a qualquer preço'. Salvar' é um termo religioso, mas o que significa 'a qualquer preço'? Só numa perspectiva religiosa (ou melhor, pseudo-religiosa) podem ser feitas afirmações tão evidentemente absurdas e desumanas.

A afirmação remete a Walter Benjamin, filósofo da primeira metade do século XX, no opúsculo “O Capitalismo como Religião”. Benjamim afirmava com todas as letras que “o capitalismo se desenvolveu como parasita do Cristianismo - o que precisa ser demonstrado não só com base no calvinismo, mas também em todas as demais tendências cristãs ortodoxas -, de tal forma que, no final das contas, sua história é essencialmente a história de seu parasita, ou seja, do capitalismo” (BENJAMIN, 1921, p.23).

Por ter-se sustentado nas bases do Cristianismo, o capitalismo assumiu uma forma religiosa. Por outro lado, o Cristianismo deu ao capitalismo aquilo que lhe era vital. Não só. O capitalismo assumiu o status de religião que controla os indivíduos. Sua liturgia é o trabalho-consumo, seu mediador de salvação é o dinheiro. É uma religião que não oferece redenção, apenas lapsos de felicidade entendida como êxito econômico: “O capitalismo é realmente, uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua (Idem, p. 22). Seu culto ao dinheiro, “sem trégua nem piedade”, leva ao esfacelamento” da pessoa. As coisas adquirem sentido na relação imediata com este culto. (Idem, p. 21). Não existem “dias normais”, não há dia que não seja festivo no terrível sentido da ostentação de toda a pompa sacral, do empenho extremo do adorador (cf. Idem, p. 22). Este culto produz culpa (dívida). O capitalismo é provavelmente o primeiro caso de um culto não expiatório, mas culpabilizador. Outro traço dessa religião é que o seu Deus precisa permanecer oculto.

A vida religiosa se divide em duas: uma no culto e outra na vida cotidiana. Mas uma influenciando a outra. Atividades econômicas adquirem conotação sagrada. O dinheiro será o mais sagrado da vida. Não há separação entre sagrado e profano. O profano é agora o sagrado. Não é mais a fé que move montanhas. É o dinheiro que move céus e terra. Por que o dólar deveria vir com uma menção a Deus? Por que afirmar a confiança em Deus, exatamente no dinheiro? O dinheiro é a expressão do capitalista, tornou-se um elemento universal que liga todos os seres humanos. Todos os pedidos dirigidos a Deus, agora podem ser feitos ao dinheiro. Deus está no dólar. Os seres humanos, além de criaturas de Deus, também são filhos do dinheiro e dependentes dele.

O dinheiro foi universalizado pelo mercado. Assim como Deus, também está em todas partes. É a moeda oficial do sistema. Atividades econômicas (trabalhar, comprar, vender, empreender) se tornaram expressões de uma identidade: ter dinheiro, o deus universal. O dinheiro compra tudo, a Deus nada é impossível. O mercado apresenta as características de uma divindade: providência, onipotência, doutrina dogmática, única realidade possível e sua própria origem se impõe como referente fundamental na vida da pessoa. Até mesmo a tradição religiosa tem que ser ofertada no mercado se não quiser desaparecer. Ela tem que ser “vendida”, arregimentar consumidores. Instituições religiosas tornam-se agências de mercado e suas doutrinas tornam-se mercadorias. Grande parte da atividade religiosa está dominada pela lógica da economia de mercado. Os mesmos mercadores da fé fazem da política um balcão de negócios.

Se as religiões atuam no mercado, a teologia precisa sair da esfera da religião como justificção do Estado cristão e ingressar na esfera civil, do mercado, onde aparentemente não há deuses. Mas como descobrir o sentido religioso oculto no cotidiano?

A crítica teológica da realidade desvela a contradição entre o Senhor do Domingo e o deus que povoa os dias civis. Karl Marx é um dos primeiros a denunciar essa contradição. A usura é o culto profano praticado por judeus e cristãos. O deus dos dias civis é o dinheiro (cf. MARX, 1844).

A liturgia diária praticada por muitos cristãos de preceito dominical consiste em acumular riqueza. O deus cultuado na sua vida real é o dinheiro. O capitalismo não inaugurou um mundo sem deus, ao contrário, como parasita do Cristianismo, ele necessita da conjunção dois cultos. Os adoradores do Deus cultuado no Domingo, deixam seu Deus repousando no sacrário aguardando a próxima adoração, sem interferir no culto ao deus dos outros dias da semana. O deus da vida cotidiana tem o Senhor do Domingo colocado a seu serviço através do fundamentalismo cristão. A mensagem do Evangelho é substituída pela Teologia da prosperidade e pelo moralismo. A palavra de Jesus Cristo dá lugar à sedução do deus mercado. O Evangelho foi pervertido por uma doutrina radicalmente oposta a Cristo.

O fundamentalismo econômico do neoliberalismo necessita deste processo sutil de descristianização do Cristianismo e da negação do Deus de Jesus Cristo cultuado no domingo. Somente assim o culto ao deus do mercado pode prosperar. A tese Nietzscheana da morte do Deus fez com que o deus do mercado assumisse o controle da vida cotidiana. De fato, não podeis servir a Deus e ao Dinheiro ao mesmo tempo. A um - Cristo - adorarás no domingo. Somente o primeiro dia da semana é o Dia do Senhor. A outro - Mamón - prestarás culto no restante dos dias. A mensagem de Cristo foi restringida à salvação das almas. O Deus do domingo não tem nada a dizer ao mercado, aos negócios e à política. É de outro “Jesus” que estão se referindo em seus cultos de adoração dominical.

## O Dinheiro ou Deus

A questão não se reduz a um problema de fé individual. O dinheiro é a realidade organizadora da sociedade contemporânea. Representa poder. Muito poder. A relação com o dinheiro define as demais relações. A oposição entre o amor pelo dinheiro e o amor a Deus atinge dimensões dramáticas no interior de um sistema no qual o dinheiro ocupa o lugar de Deus. Os ganhos são obtidos quase exclusivamente mediante o movimento do dinheiro.

A denúncia do dinheiro como ídolo é uma constante na história do Cristianismo, desde o episódio dos mercadores do Templo expulsos por Jesus. O Templo é um lugar de sacrifício de animais, desde bois a pombas, uma espécie de gigantesco abatedouro para onde os judeus levam a moeda de que se serviam em seus países de origem para pagar suas compras. É, ao mesmo tempo, um espaço de comércio de animais e casa de câmbio. Os “mercadores” são expulsos do Templo por causa do lugar onde eles exerciam o seu ofício. Jesus denuncia o serviço (culto) que se presta ao dinheiro dentro do Templo. A graça de Deus não se compra e não se vende. “Aquele que ama o dinheiro dificilmente escapa do pecado” (Eclo, 31,5).

“Ninguém pode servir a dois senhores. Com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro” (Mt 6,24). É impossível juntar num mesmo deus os dois serviços. O texto apresenta-se de maneira proverbial e disjuntiva (ou isto, ou aquilo): “Deus” e “dinheiro” (DE OLIVEIRA, 2009, p. 67).

A perícopes está inserida no conjunto do Sermão da Montanha. A sentença contesta os pilares que sustentam uma sociedade, a saber: a riqueza, o poder e a religião. O Antigo Testamento ajuda a compreender a postura de Jesus. O Eclesiastes contém uma sentença iluminadora: “Quem ama o dinheiro nunca está farto de dinheiro, quem ama a abundância nunca tem vantagem. Isso também é vaidade” (Ecl 5,9). Vaidade consiste na felicidade momentânea do acumular bens (Ecl 4,7-8), no amor ao dinheiro e às riquezas (Ecl 5,9-10), na busca da imortalidade (Ecl 9,11-12). A palavra do texto grego original é Mamona, transcrição grega de palavra aramaica para se referir a dinheiro. É nome próprio de um dos deuses que representa o culto ao dinheiro como expressão de riqueza. Seu culto tem como objetivo favorecer o enriquecimento de seus adoradores (cf. VAAGE, pp. 116-133).

Não se trata apenas do agir individual. O que está em jogo é a rejeição contundente de um sistema cujo deus se opõe radicalmente a Javé. O dinheiro personificado como Mamón representa o sistema cuja moeda governa a vida e a morte das pessoas. Na ótica de Jesus esse deus é iníquo (cf. WEGNER, 2006).



Jesus exige que se faça uma eleição entre dois absolutos da vida. A linguagem é religiosa. A escolha de um exclui o outro. Esse versículo não deve ser interpretado como a negação do dinheiro, mas como orientação para não fazer dele o governo do mundo e da vida. A interpretação de apelo moral contra o dinheiro entendida apenas como apego exagerado pode dar-lhe um tom intimista que não considera o sistema das relações econômicas e políticas do qual o dinheiro é componente essencial. Nessa incompatibilidade radical não haveria como amenizar a sentença de Jesus. O amor é a pedra angular do Cristianismo. O apego ao dinheiro é um ataque direto à fé. A fidelidade a Deus é impossível para aquele que opta pela adoração ao dinheiro.

Para ser derrubada, esta divindade que governa o mundo deve ser confrontada pelo próprio Deus de Jesus. O senhor do reino deste mundo é o pai da mentira e leva a morte e destruição aonde chega. O pecado estruturado politicamente concretiza o Reino do Príncipe deste Mundo (Jo 12,33; 14,30). Transformou o pecado original em pecado estrutural que antecede e determina as subjetividades geradoras de relações de exploração: patrão-empregado, homem-mulher, branco-negro. “Eis que o salário, que defraudastes aos trabalhadores que ceifavam os vossos campos, clama, e seus gritos de ceifadores chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Condenastes e matastes o justo, e ele não vos resistiu” (Tg 5,5-6).

Todo mal se desenvolve a partir da negação da dignidade da pessoa do outro. Já não é uma relação pessoa-pessoa, mas coisificação do outro. Na estruturação dessa relação se organiza o culto ao deus dinheiro. Relações humanas são substituídas por relações econômicas. “Imola o filho na presença do pai quem oferece sacrifícios com os bens dos pobres. A vida dos pobres é o pão de que necessitam; quem dele os priva é um assassino. Quem subtrai o pão do suor é como quem mata o seu próximo; derrama sangue, quem defrauda o assalariado” (Eclo 34, 24-27).

Nesta estrutura de governo, como não poderia ser diferente, “os príncipes das nações as dominam e os poderosos as oprimem” (Mt 20,25). O senhorio do príncipe deste mundo se institucionaliza através de estruturas políticas, religiosas e econômicas. Não há um pecado religioso de um lado e

uma falta política ou econômica civil de outro. Este mundo configura uma totalidade governada pelo deus dinheiro. As instituições são suas formas concretas de governança. Este mundo é uma totalidade completa.

Este parasita do Cristianismo, que rouba a vida dos pobres, é radicalmente oposto ao Cristo que sacrifica a própria vida para que todos tenham vida em abundância (cf. Jo 10, 10). É um anticristo que vive de vida humanas sacrificadas. “Vós tendes como pai o diabo e quereis fazer os desejos de vosso pai. Desde o princípio ele foi assassino” (Jo 8,44). No Livro do Apocalipse é chamado de Besta. “Os mercadores da terra choram e se enlutam por ela, porque ninguém mais compra seus carregamentos de ouro, prata, linho e púrpura, de seda, e de escarlata” (Ap 18,11). Ninguém poderá mais comprar e vender sem que tenha a marca da Besta ou o número de seu nome (cf. Ap 13,17).

O dinheiro é o deus da vida no mundo cotidiano, é a essência do mundo. Tudo se sacrifica em nome do dinheiro. Não há nada que seja mais supremo. As coisas sagradas e religiosas isentas do mercado o deixam de ser diante do sagrado dinheiro. Coisas sagradas não podem receber um preço. O dinheiro confere valor monetário a toda realidade. É uma medida que não recebe medida. Nem as coisas mais sagradas resistem a ele. Assim, “todo o mundo está no poder do Maligno” (1Jo 5, 19).

É um sistema que estabelece sua práxis e sua moral e as justifica como boas. E demonstra que seu projeto de civilização se identifica com o bem buscado por todo o gênero humano. Foi naturalizado para ser totalizante. Para que o dinheiro governe este mundo, é natural que também a política seja institucionalizada dessa forma e não de outra.

A conjunção entre o fundamentalismo religioso cristão e o fundamentalismo econômico neoliberal são cúmplices da consolidação deste governo do dinheiro. O sistema está a serviço do deus dinheiro. Ele é o governo: “Quem governa então? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, das violências econômica, social, cultural e militar que geram sempre mais violência. Há um terrorismo de base que emana do controle global do dinheiro e ameaça toda a humanidade” (FRANCISCO, 2016).

A dessacralização do dinheiro é condição para desasfixiar a política. O dinheiro no sentido atual é um produto da modernidade. Não ocupava o primeiro plano na idade média. Nem do ponto de vista econômico, nem do político. Antes da modernidade, textos como esse tiveram forte impacto na condenação da avareza como pecado capital. Judas era identificado com o pior dos comerciantes expulsos do templo por Jesus. O principal símbolo iconográfico do dinheiro era uma bolsa no pescoço de um rico que a carregava consigo ao inferno.

## Estado cristão e capitalismo? Absoluta contradição

É possível propor um Estado cristão, como almeja o fundamentalismo religioso cristão em aliança com o fundamentalismo econômico neoliberal?

Não são apenas as pessoas que não podem servir a dois senhores. A sentença de Jesus, “não podeis servir a Deus e a Mamón”, aplica-se também à esfera da política. O Estado também não pode servir a Deus e ao capital. Um Estado a serviço de Deus seria uma teocracia. Um Estado a serviço do capital seria uma plutocracia, governo dos donos do dinheiro. O Reino de Jesus não é deste mundo (Jo 18,36). Porque o “espírito do mundo” se opõe ao Espírito de Deus (1Cor 2,12). É um mundo fechado sobre si que odeia Jesus (cf. Jo 15,17s) porque Ele acusa que suas obras são más (cf. Jo 7,7). O dinheiro, de meio tornou-se fim. É o mediador universal da reprodução da vida que se tornou mais importante que a pessoa, que a sociedade e que o Estado. De mediação, adquiriu uma entidade própria tal, que se constituiu como Absoluto sobre a própria vida.

O Estado que se confessa cristão é desmascarado pelo próprio Jesus (cf. MARX, 1844, p. 26-27). Se o político afirmar que é capitalista e é cristão, existem duas possibilidades: ou ele assume o capitalismo e se confessa capitalista, para isso terá que renegar a Cristo; ou confessa sua fé em Cristo e rejeita servir o deus-dinheiro.

Jesus Cristo acusa a contradição fundamental entre ser cristão e ser capitalista. O problema está em que o capitalismo invadiu o domingo para reinventar a figura de Jesus. Um Deus moralista e fundamentalista a serviço da prosperidade material. A maioria dos cristãos cumpridores do preceito dominical perderam a noção de sua hipocrisia. Confessam um Deus de quem na realidade não conhecem mais. O projeto do outro deus- anticristo - mais atraente, sufoca o Sermão da Montanha, a parábola do juízo final, o preceito do amor ao próximo, as muitas e vigorosas denúncias contra os ricos e poderosos, as causas sociopolíticas da condenação de Jesus e, principalmente, a preferência pelos pobres e injustiçados e o compromisso pela sua libertação. Portanto, a crítica teológica é imprescindível para recuperar a memória histórica de Jesus.

O Estado está a serviço de quem? Do bem comum. Para que isso seja possível, ensina Papa Francisco, a “política não deve submeter-se à economia” (LS, n. 189). Pensando no bem comum, continua o sucessor de Pedro, “precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana” (Ibidem). Todas as instituições sociais, cuja razão de existência é a promoção do bem comum, devem encontrar na pessoa humana seu fundamento, sua causa e seu fim.

Conforme Papa Francisco, “o bem comum é um princípio fundamental de toda ética cristã” (LS, n. 156). Toda a sociedade, e nela, especialmente, o Estado, deve empenhar-se em sua promoção (Cf. LS, n. 157). Além do Estado e da política, outras associações da sociedade civil, agentes econômicos e as religiões, também são responsáveis pela defesa e promoção do bem comum (Cf. LS, n. 232). Portanto, “a dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda política econômica” (EG, n. 203).

## Considerações finais

Não há teologia sem implicações políticas nem teorias políticas sem algum pressuposto teológico implícito. A teologia não perdeu assento no

pensamento contemporâneo. A política seria uma arena onde se digladiam teologias e políticas. Falar ou silenciar são posturas políticas. Não há religião apolítica.

O Cristianismo tem sido uma presença marcante na história da humanidade desde as suas origens. Ele não é apolítico. O fundador da comunidade dos seguidores de Jesus sofreu uma condenação política (rei dos judeus). Teoricamente, as Igrejas cristãs vivem da memória de um subversivo político. Ocultá-la ou renunciar a ela é decretar o desaparecimento da essência do Cristianismo. Seu elemento fundamental e inegociável é justamente a pessoa e a mensagem de Jesus de Nazaré. O fundamentalismo religioso está levando o Cristianismo a padecer seu momento mais crítico desde o final da cristandade. Paradoxalmente, o seu fracasso é fruto da incapacidade dos cristãos em ser fiéis a memória de seu fundador.

O fundamentalismo neoliberal se caracteriza como uma economia da exclusão. As regras e lógicas do mercado estão desestabilizando a democracia. As instituições não estão organizadas em função do bem comum. O Estado foi tomado por fundamentalistas religiosos e econômicos disfarçados de políticos. Não se trata apenas de uma manipulação tosca da fé. Essa perversão deve ser chamada pelo seu próprio nome: heresia. A imagem de Deus não permite esse tipo de manipulação da fé. O Evangelho é absolutamente incompatível com o neoliberalismo. Fazer de Jesus Cristo um personagem histórico inofensivo e defensor deste sistema é uma blasfêmia.

A teologia deve denunciar sem hesitação a “loucura homicida que usa o nome de Deus para semear a morte, tentando afirmar uma vontade de dominação e de poder. Jamais se pode matar em nome de Deus. O fundamentalismo descarta a humanidade do outro e rejeita a Deus mesmo, relegando a religião a mero pretexto ideológico” (FRANCISCO, 2017).

O Cristianismo não surgiu para responder às necessidades do Estado. Os primeiros cristãos foram violentamente perseguidos por serem considerados inimigos de Estado. No centro está a cruz de Jesus e uma longa lista de mártires. O Estado que transfere o Cristianismo para a política de forma distinta ao espírito de Jesus, comete uma blasfêmia. É impossível concretizar um “Estado cristão” no interior do capitalismo neoliberal.

A teologia pode desmascarar a falsidade e a incoerência de um Estado que se confessa cristão. Sua iniquidade está ocultada pelo discurso religioso. A política não é uma ciência que depende da religião e da economia. O sujeito político soberano do Estado é o povo, e não Deus ou o dinheiro.

A medida intrínseca da política é que a justiça social e o Bem Comum estejam assegurados. Porque, “enquanto não se resolverem radicalmente os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da iniquidade, não se resolverão os problemas do mundo e definitivamente, nenhum problema” (EG, 202).

## Referências

AGAMBEN, G. **O Reino e a Glória**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGAMBEN, G. “Deus não morreu, ele se tornou Dinheiro”. O capitalismo como religião. O deus dinheiro: **Entrevista de Giorgio Agamben para Peppe Salva**. Ragura News de 16.08.2012.

ARMONSTROG, K. **Em nome de Deus**. O fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BENJAMIN, W. **Capitalismo como religião**. (1921). São Paulo: Boitempo, 2013.

CASANOVA, J. **Public Religions in the Modern World**. Chicago: University of Chicago, 1994.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ; DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. **Oeconomicae et pecuniariae quaestiones: considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2018.

DE OLIVEIRA, C. F. O serviço como essência (Mc 10,41-45): **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo, Paulinas, XVII, 67, abr/jun, 2009.

DREHER, M. N. **Para entender o fundamentalismo**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

ESPINOZA, B. **Tratado Teológico-Político** (1670). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium (EG)**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato si**. Sobre o cuidado da casa comum (LS): Libreria Editrice Vaticana, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos participantes no 3º Encontro dos Movimentos Populares**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2016.

FRANCISCO, Papa. **Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé (09/01/2017)**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2017.

GASDA, É. Política, Cristianismo e Laicidade: **Perspectiva Teológica**, v.47, n132 (maio/agosto 2015), pp. 203-220.

GASDA, É. “Essa economia mata” (EG, 53). Crítica Teológica do capitalismo inviável: **Perspectiva Teológica**, v.49, n.3 (set/dez. 2017), pp. 573-587.

GARRARD-BURNETT. A vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina. **Revista História: questões e debates**. n. 55, p. 177-194, 2011.

HAYEK, L. **O caminho da servidão (1944)**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAFARGUE, P. **A Religião do Capital**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1886.

LOCKE, J. **Segundo Tratado do Governo civil (1690)** Madrid: Alianza Editorial, 1990.

MARIANO, R. Pentecostais e Política no Brasil: do Apolitismo ao Ativismo Corporativista, in: Santos, H. (org.). **Debates Pertinentes: para entender a Sociedade Contemporânea**. Porto Alegre: Edipucrs, p. 112-138, 2010.

MARX, K. **Sobre la cuestión judía. (1844)**. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2003 (**Zur Judenfrage**: publicado originalmente nos Anais Franco-alemães: *Deutsch-Französische Jahrbücher*, fevereiro de 1844).

MISES, L. **Ação Humana**. Um tratado de economia. (1949) São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MISES, L. **Liberalismo segundo a Tradição Clássica (1927)**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MOLTMANN, J. Fundamentalismo e modernidade. In: **Concilium** n. 241, p. 141-148, 1992.

NOZICK, R. **Anarquia, Estado e utopia** (1974). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.)

SCHMITT, C. **Teologia política** (1922). Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

STEWART, M. e L. **The Fundamentals: A Testimony to the Truth**. Chicago: Testimony Publishing Company, 1910-1915.

VAAGE, L. “Jesus economista no Evangelho de Mateus”: **Ribla**, Petrópolis/Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 27 (1997), pp. 116-133.

WEGNER, U. “Jesus, a dívida externa e os tributos romanos”, in: REIMER, Ivone Richter (org.). **Economia no mundo bíblico**. São Leopoldo: Cebi: Sinodal, 2006.

Trabalho submetido em 15/10/2018.

Aceito em 29/08/2019.

Élio Estanislau Gasda

Bacharel em Filosofia (FAJE) e Doutor em Teologia pela Universidad Pontificia Comillas (Madrid). Pós-doutorado em Filosofia Política (Universidade Católica Portuguesa). Professor da área de Ética Teológica e Práxis Cristã na Graduação e na Pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Diretor da Coleção Theologica FAJE; Editor Associado da Revista Perspectiva Teológica; Conselho de Redação da Revista Digital Iberoamericana de Bioética. Editor de eixo da Enciclopédia Theologica Latinoamericana; Membro do comitê central da Rede Ética Teológica Católica Mundial (CTWEC). Co-editor da Revista eletrônica Pensar. Email: gasdasj@hotmail.com